

Fortalecimento do patrimônio cultural Baré por meio da apropriação indígena do turismo de base comunitária no Rio Cuieiras (Amazonas)

Ana Rosa Guimarães Bastos Proença

(Escola de Artes, Ciências e Humanidades – Universidade de São Paulo)

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar como o turismo de base comunitária fortalece o patrimônio cultural indígena Baré. A pesquisa tem caráter qualitativo com pesquisa de campo realizada entre julho a setembro de 2018. Para o campo, se utilizou das técnicas de: observação participante, diário de campo, moradia da comunidade e entrevista em profundidade por meio de roteiro semiestruturado com 3 grupos de agentes: os indígenas, organizações governamentais e não-governamentais. Como resultados acredita-se que o turismo e a produção do artesanato têm contribuído ao fortalecimento da cultura baré em seu segundo momento na comunidade a partir do turismo de base comunitária, devido a dominialidade e domesticação do turismo pelos Baré se articulando com outros atores envolvidos para seu desenvolvimento. Desenvolvimento esse que se pauta em economia criativa e solidária que para além da fonte de renda, impulsiona o sentido de afirmação da identidade coletiva Baré.

Palavras-chave: Amazonas; Etnia Baré; Patrimônio Cultural; Rio Cuieiras; Turismo de base comunitária.

Abstract

This article aims to analyze how community-based tourism strengthens the indigenous Baré cultural heritage. This research has a qualitative character with field research conducted between July and September 2018. For the field, it was utilized the techniques as: participant observation, field diary, community dwelling and in-depth interview through a semi-structured script with 3 groups of agents: indigenous, governmental and non-governmental organizations. As results it is believed that tourism and the production of crafts have contributed to the strengthening of the Baré culture in its second moment in the community from community-based tourism, due to the dominiality and domestication of tourism by the Baré, articulating with other actors involved in their development. This development is based on a creative and solidary economy that in addition to the source of income, drives the sense of affirmation of the collective identity Baré.

Keywords: Amazonas; Etnia Baré; Patrimônio Cultural; Rio Cuieiras; Turismo de base comunitária.

Introdução

O turismo é entendido como fenômeno socioespacial e atividade econômica proporciona o encontro entre culturas e com o outro por meio da relação entre visitantes-visitados. Quando fundamentado no desenvolvimento endógeno e sustentável, o turismo pode fortalecer o protagonismo e as pautas dos povos indígenas. Essa forma de turismo se nomeia de Turismo de Base Comunitária (TBC).

O TBC vinculado ao patrimônio cultural pode ser uma das ferramentas de fortalecimento e valorização da identidade coletiva por meio da apropriação indígena do turismo. A Comunidade Indígena Nova Esperança é formada pela etnia Baré e tem utilizado diferentes ferramentas para o fortalecimento de seu patrimônio cultural como o turismo a partir de duas principais frentes: o turismo receptivo (na comunidade) e a produção de artesanato (dentro e fora da comunidade).

Metodologia

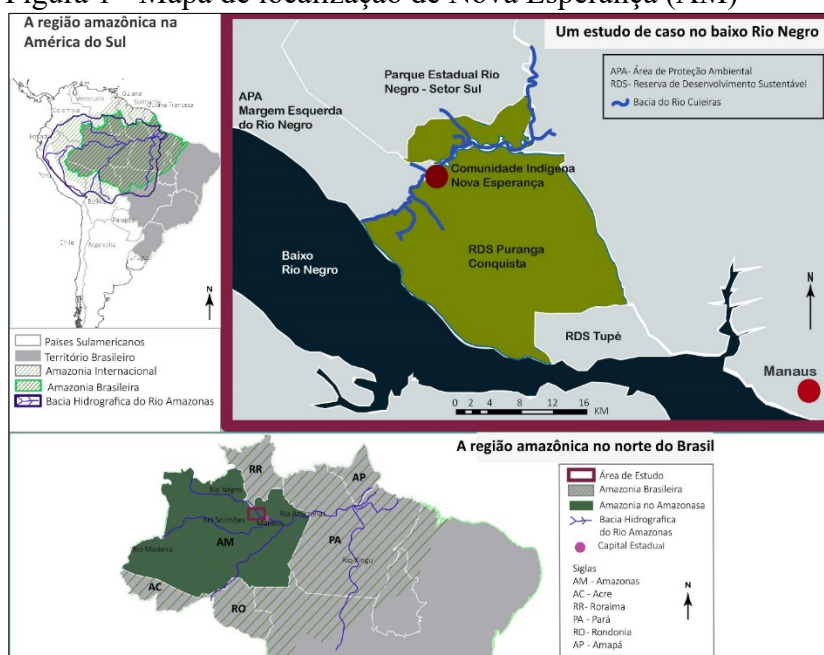
A pesquisa tem caráter qualitativo com pesquisa de campo realizada entre julho a setembro de 2018. Para o campo, se utilizou das técnicas de: observação participante, diário de campo, moradia da comunidade e entrevista em profundidade por meio de roteiro semiestruturado com 3 grupos de agentes: os indígenas, as OGs e as ONGs. Foi utilizado nas entrevistas o termo de consentimento livre e esclarecido e o de uso de imagem e voz, além de autorização de pesquisa da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista, onde se localiza comunidade. As lideranças da comunidade fazem parte do Conselho Deliberativo da RDS.

Por a Comunidade Indígena Nova Esperança (AM) estar localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista, para a realização da pesquisa foi necessária a autorização da Secretária do Meio Ambiente (nº 134/2017). No que concerne às entrevistas com os moradores, utilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e Autorização do Uso de Imagem, de acordo com a resolução nº466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Nova Esperança: do extrativismo ao turismo, artesanato e fortalecimento da cultura baré

A 81km da capital Manaus, a comunidade possui cerca de 32 famílias e sua formação ocorre a partir de 3 momentos de migrações do Alto para o Baixo Rio Negro (em busca de direitos como saúde e educação) e da criação da escola de ensino fundamental no local que posteriormente seria formada a comunidade. A comunidade é sobreposta a Unidade de Conservação Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista e formada predominantemente por indígenas da etnia Baré.

Figura 1 - Mapa de localização de Nova Esperança (AM)



Fonte: Lima e Proença (2019).

Quando chegaram ao baixo rio Negro, a única economia local era o extrativismo. Para sobreviver, os Baré aderiram a essa atividade econômica local o que lhes foi difícil por ser uma atividade totalmente diferente ao que eram acostumados: à agricultura de subsistência. Todos da família iam para o mato. Mulheres e crianças ajudavam com o trabalho pesado ao passo em que suas atividades tradicionais ficavam cada vez mais de lado.

Esse processo que vem desde a colonização no Amazonas, principalmente com os Baré que chegaram a ser considerados extintos (HERRERO; FERNANDES, 2016). O povo Baré sempre residiu na calha Rio Negro, desde Manaus a São Gabriel da Cachoeira, até a chegada dos colonizadores. Por se localizarem nessa área, foram os primeiros a terem contato com os diferentes colonizadores: portugueses, franceses, holandeses e espanhóis. Entre os séculos XVII

e XVIII, no período da borracha e da extração de produtos naturais, muitos migraram para a Colômbia e Venezuela. Ainda assim, tiveram sua cultura intensamente impactada pelos padrões impostos por colonizadores e missionários, além de regimes de escravidão, que aos poucos foram mudando e aniquilando o povo Baré (FRANÇA BARÉ, 2016).

Uma das principais perdas do povo Baré durante o processo de colonização foi a de sua língua-mãe o Baré, pertencente à família linguística *aruak*. Na região do Rio Negro as diferenças étnicas são marcadas na associação entre o povo e a sua língua. Assim, mesmo os Baré que hoje falam o Nheengatu e o Português, ainda são associados a sua língua-mãe por compartilharem traços (FIGUEIREDO, 2016) culturais comuns a outros povos da língua *aruak* como os baniwa. Em meados de 1990 a língua Baré já estava praticamente extinta, restando alguns poucos falantes mais velhos na região da fronteira com a Venezuela (FIGUEIREDO, 2016; NEVES, 2016).

Os Baré até 1970 estavam mimetizados a paisagem como caboclos, pois como Luciano (2006, p. 31–32) apresenta, até 1970 se reconhecer ou chamado de índio era sinônimo de ofensa, se mascarando como caboclos: nem índio, nem branco.

A denominação original de caboclo na Amazônia, por exemplo, está fortemente relacionada a essa negação das identidades étnicas dos índios. Foi uma invenção daqueles que não queriam se identificar como índios, mas também não podiam se reconhecer como brancos ou negros (pois não pareciam), como se fosse uma identidade de transição de índio (ser inferior ou cultura inferior) para branco (ser civilizado e superior). Neste sentido, o caboclo seria aquele que nega sua origem nativa, mas que por não poder ainda se reconhecer como branco se identificava com o mais próximo possível do branco.

Esse caráter pejorativo transcendeu do nome ‘índio’ para ‘baré’. No Amazonas se tem a gíria ‘leseira baré’¹ utilizada para alguma atitude estúpida (ou lesa, como comumente utilizamos). Por meio do dialeto popular, se perpetuou a inferiorização de uma etnia indígena. O termo caboclo surge como uma denominação superficial entre a miscigenação de brancos e indígenas e como uma cicatriz profunda em esconder e negar a identidade indígena.

O fenômeno de reconstrução e/ou aparecimento de identidades étnicas indígenas que até então estavam submersas na identidade cabocla ficou conhecido como etnogênese. Bartolomé (2006, p. 39–40) apresenta três distintos usos para as etnogênese: novas configurações sociais étnicas a partir do compartilhamento de uma mesma tradição cultural; o

¹ Pode-se encontrar mais gírias e informações amazonenses em: <http://portalamazonia.com/cultura/amazones-aprenda-30-gurias-e-expressoes-que-sao-a-cara-de-manaus>

“ressurgimento de grupos étnicos considerados extintos, totalmente “miscigenados” ou “definitivamente aculturados” e que, de repente, reaparecem no cenário social, demandando seu reconhecimento e lutando pela obtenção de direitos ou recursos (Rossens 1989; Pérez 2001; Bartolomé 2004)” e as novas comunidades formadas por imigrantes.

Nesse contexto, relembra-se o movimento indígena registrado principalmente no Nordeste a partir de 1970: a autodeclaração indígena junto a luta pelo reconhecimento de direitos constitucionais, principalmente, o direito sobre a terra (MAURO, 2013). No Amazonas, esse movimento foi incentivado pela Federação das Organizações do Rio Negro (FOIRN) com a criação da Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro (ACIBRIN) e Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIBMRN) para que os baré se assumissem como indígenas e pudessem recuperar e reconstruir sua identidade (FRANÇA BARÉ, 2016).

Voltando a situação do extrativismo, de acordo com o Plano de Gestão do Parque Estadual Rio Negro Setor Sul (2010), a antiga área pertencente ao Parque possui uma longa e acentuada história de exploração madeireira para atender as demandas de Manaus, onde cerca de 40% das famílias estavam envolvidas na atividade. Para o levantamento sobre a atividade, o Parque foi dividido em duas regiões (I e II). A Comunidade Indígena Nova Esperança fazia parte da região I, na qual, tinha a menor concentração de famílias envolvidas (9 famílias), enquanto a região II tinha cerca de 54 famílias na extração de madeira.

Focando especificamente em Nova Esperança, o grau de envolvimento da comunidade com o extrativismo foi de baixo a nulo: a madeira serrada (tabuas, pranchas) e o pau-escora foram analisadas como baixo e a madeira para espeto nula. Ainda de acordo com o Plano de Gestão do Parque (2010), as comunidades envolvidas com o extrativismo tinham noção dos danos ambientais, da exploração sobre seu trabalho e demonstravam interesse em mudar sua situação, porém essa era a única atividade para subsistência.

Em 2000, com uma ação da FUNAI junto ao SESAI/DSEI Manaus de reconhecimento dos povos indígenas no mosaico do Baixo Rio Negro, a comunidade se reconheceu ‘oficialmente’ como Baré o que lhes proporcionou o acesso a direitos como saúde indígena e, posteriormente, o reconhecimento da escola como indígena (com o ensino oficial do Nheengatu). Com a construção do posto de saúde, passa-se então a ter dois agentes de saúde indígena. Essa movimentação reavivou um povo que estava mimetizado a paisagem local como ‘cabocos’ (caboclos).

Nesse mesmo período, a movimentação de embarcações com turistas começa de forma tímida na comunidade. A demanda por artesanato indígena era a principal motivação para que as embarcações aportassem. Porém, ninguém da comunidade trabalhava com a produção de artesanato para venda. Fazia-se para uso em atividades do dia-a-dia.

Essa demanda externa marcou o início da produção do artesanato na comunidade, tendo como fundadora e incentivadora para a produção uma das primeiras moradoras, que em seu município natal já trabalhava com o artesanato produzindo vassouras de cipó e abanos. Um ano depois, graças ao incentivo de um colega indígena de São Gabriel da Cachoeira (AM), com a doação de uma máquina furadeira, iniciou a produção de artesanatos de sementes, tais como colares, pulseiras e anéis do coco de tucumã. As famílias foram gradativamente trocando o extrativismo pelo turismo e o artesanato.

O aumento do fluxo de turistas entre 2005 e 2010, ocasionada pela presença de navio de cruzeiro, gerou intensa saída de artesanatos, resultando na procura de outras famílias para também participar na produção e venda, iniciando o que se poderia nomear de (re)surgimento do artesanato Baré do Baixo Rio Negro. Porém, junto a isso, veio a demanda para apresentação da dança da “Cerimônia do Dabucuri” e vestes para caracterização da imagem de “índio”. Conforme se iniciava uma importante atividade por meio do turismo, por outro lado, deveriam apresentar-se por meio da imagem e entretenimento do estereótipo de índio cultural para manter as visitas do cruzeiro.

Essa forma de se representar os povos indígenas e comercializar a cultura indígena no turismo convencional acaba exaltando o estereótipo do “índio” intocado desde a colonização (aquele que não se “integrou a sociedade”) a ser descoberto pelo turista e toda sua boa vontade. Esse tipo de formato da apresentação da cultura está aquém da valorização da cultura, pois se “valoriza” (com muitas aspás) um “imaginário social invertido”, e não o grupo social enquanto ele mesmo. Esse tipo de comercialização dialoga com o que Chauí (2000, p. 171) determina como a alteridade pelo formato do “imaginário social invertido” (do indígena), onde

surge um tecido de imagens ou um **imaginário**, que desvia nossa atenção da realidade, ou que serve para nos dar compensações ilusórias para as desgraças de nossas vidas ou de nossa sociedade, ou que é usado como máscara para ocultar a verdade.

As primeiras literaturas povos indígenas e turismo apresentam bem as críticas a esse modelo de turismo que quase que tem uma receita para acontecer: caracterização de índio

cultural, venda de artesanato e dança/apresentação se houver. Esse é um formato bem conhecido e propagado nas áreas rurais do Amazonas.

Com o fim do contrato com o navio, as lideranças buscaram desenvolver um turismo mais participativo. Devido os conflitos fundiários na Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que até 2014 era delimitada como Parque Estadual, havia forte presença de instituições ambientais nessa área protegida, sendo o principal nessa área o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). A comunidade, em 2010, recorreu a esse Instituto para se organizarem por um turismo mais participativo nas tomadas de decisões, já que ele era uma das atividades econômicas desordenadas que ocorriam dentro do Parque Estadual e discutidas pelas instituições governamentais e não-governamentais (INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS; WORLD WIDE FUND FOR NATURE; CENTRO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÕES DO AMAZONAS, 2010).

Uma das abordagens sobre o turismo de base comunitária o baseia em seis premissas: 1- base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; 2- participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos; 3- escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; 4- geração de benefícios diretos à população local; 5- afirmação cultural e interculturalidade; e 6- o “encontro” como condição essencial (IRVING, 2009).

Sendo o turismo uma forma de interferência em todos os aspectos de um lugar receptor, “o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo. Neste caso, o sentido de comunitário transcende a perspectiva clássica das “comunidades de baixa renda” ou “comunidades tradicionais” para alcançar o sentido comum, de coletivo” (Irving, 2009, p.111).

Mayaka, Croy e Wolfram Cox (2019) apresentam que o turismo de base comunitária em geral é caracterizado ou pela abordagem participativa do desenvolvimento comunitário, ou pelo potencial que seus resultados podem ter sobre outros aspectos como desenvolvimento socioeconômico ou redistribuição de poder. Isso, leva o entendimento sobre TBC a dois caminhos: i) o desenvolvimento do turismo na comunidade e ii) o desenvolvimento da comunidade por meio do turismo.

O primeiro se caracteriza por envolver “comunidades no turismo para auxiliar o desenvolvimento de uma indústria lucrativa”, onde as empresas parceiras de turismo também estão no controle e não possuem a “intenção transformadora do desenvolvimento comunitário” (ibid, 2019, p. 178). A segunda já teria um caráter transformador, visando não apenas o lucro

do turismo, mas também a comunidade se desenvolve com o turismo se tornando “proprietária, gestora e beneficiária” das atividades e os respectivos empreendimentos, produzindo e sendo produto nesse sistema. Ambos se impactam, se reinventam e se relacionam.

Em 2010, a comunidade começou a receber oficinas sobre turismo em Unidade de Conservação e sobre turismo de base comunitária do IPÊ. Em 2011, houve um planejamento participativo para a organização do turismo de base comunitária. E em 2012, começou a fazer parte de uma rede de turismo comunitário no Baixo Rio Negro chamado Roteiro TUCORIN. Junto a isso surgiram projetos de valorização do artesanato Baré tanto por parte do IPÊ quanto por parte do SEBRAE e da Fundação Amazônia Sustentável que apoiam o ‘empreendedorismo social ribeirinho’ no Amazonas, fomentando a produção do artesanato, valorização e exposição da cultura por ele.

A valorização do patrimônio cultural Baré se dá por duas frentes, direta e indireta: pelo turismo de base comunitária na comunidade e pelo artesanato dentro e fora da comunidade. O mais comum no turismo, é vincular a valorização da cultura por meio da presença de turistas na comunidade. E nesse caso, mais ainda por se tratar de turismo de base comunitária.

Isso porque o turismo de base comunitária em Nova Esperança está baseado no dia-a-dia da comunidade. Compartilha-se com o turista desde o local em que se dorme a como se produz farinha de mandioca. O processo de convívio e partilha de saberes se dá entre um e outro por meio da convivência e não do espetáculo pela exposição. A cultura se vive e é compartilhada.

Identifica-se como patrimônio cultural baré as atividades que por eles representam sua cultura e modo de vida como: a roça de mandioca, a produção da farinha e a farinha em si, a produção de artesanato por palha, madeira e sementes, o ritual “dabucuri”, o futebol ‘indígena’, as histórias, o banho e canoagem pelo rio Cuieiras. Todos esses elementos são utilizados para a construção do turismo receptivo na comunidade.

Esses se enquadrariam como “expressões culturais tradicionais” ou “conhecimentos tradicionais” corroborando na construção e afirmação de uma identidade coletiva. Dourado (2013, p. 42) apresenta que as expressões culturais “resultam da criatividade de indivíduos, grupos e sociedades que possuem conteúdo cultural” e estas são entendidas como ‘tradicionais’ quando se trata de ‘minorias e povos indígenas’. Ressalta também, que se deve lembrar que esses povos vinculam-se com seu território e, portanto, esse territórios tradicionais também são essenciais para o acesso a recurso (como para a produção de artesanato ou criação de

territorialidades para o turismo), como também fazem parte do pertencimento, da vivência e do ambiente de troca das relações.

O conceito de patrimônio aqui utilizado é o “por pertencimento”, a partir da percepção de Zanirato (2017) que aponta a existência de dois patrimônios: o institucionalizado e o por pertencimento. O primeiro, o patrimônio “ativado” é decidido pelos poderes públicos e especialistas e profissionais e o segundo, segue a premissa de identificação popular com um bem que não foi considerado patrimônio por uma instituição, mas que tem um valor simbólico e de pertencimento, como festas ou ritos.

O turismo, depois da “Cúpula da Terra” em 1992, adotou em 1993 o conceito de desenvolvimento sustentável como princípio, tem importante papel no desenvolvimento sustentável em Nova Esperança como fonte de renda e de fortalecimento da cultura por meio das estruturas e parceiros do turismo de base comunitária. Nesse sentido, Dourado (2013) apresenta que a cultura vindo sendo destaque em documentos da ONU como forma de redução da pobreza e ferramenta para o desenvolvimento sustentável, revelando sua função econômica como apresenta a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais adotada em 2005 pela Unesco. E o turismo une aspectos econômicos, culturais e desenvolvimento.

Quanto ao artesanato, que iniciou por conta do turismo, hoje é a principal atividade econômica da comunidade, superando o próprio turismo receptivo. Isso porque pelo menos um membro das 32 famílias, produz artesanato, algo que o turismo de base comunitária não conseguiu, já que só agrega 5 famílias.

Figura 2 - Arraia em madeira em exposição para turistas



Fonte: Proença (2018).

Para o controle das vendas e os respectivos repasses, criou-se uma associação dos artesãos da comunidade. As vendas não estão condicionadas apenas ao fluxo turístico interno, expandindo-se para ao menos três grupos-focos: **1) venda direta, turistas na comunidade.** Após visita, ou vivência na comunidade por meio do turismo de base comunitária, a última atividade realizada é o encaminhamento dos visitantes a uma grande barraca que reúne todos os artesanatos. **2) venda intermediada, turistas em Manaus.** A comunidade revende seu artesanato para lojas em Manaus que tem como foco a venda de artesanato para turistas no Centro, nas proximidades do Aeroporto e dentro de atrativos turísticos; **3) venda terceirizada, turistas em outras comunidades indígenas.** A comunidade tem como marca a produção de itens feitos a partir de madeiras reaproveitadas. Outras comunidades indígenas no Baixo Rio Negro – mais próximas de Manaus, que poderiam ser caracterizadas como núcleos receptivos de turismo de massa – encomendam esses itens por um preço mais baixo para revender aos turistas (PROENÇA; PANOSSO NETTO, 2019).

Figura 3 - Artesã fazendo brincos de escama de Pirarucu



Fonte: Proença (2018).

A produção do artesanato baré é entendida para além de um souvenir de viagem, este, representa uma economia criativa e solidária e que aos poucos está chegando aos jovens, dos artesãos, três são adolescentes. Quando se aponta o artesanato como economia criativa e

solidária vai de encontro ao que Jesus (2017) aponta sobre o artesanato indígena, que muito mais do que pensar o artesanato como um objeto de renda no sentido utilitarista ou capitalista, esse artesanato é um meio de sobrevivência, resistência e de manifestação cultural frente ao desenvolvimento desigual.

Outra característica do turismo como fortalecimento da cultura baré é o que Neves (2017) nos apresenta do turismo como experiência da alteridade radical. É na relação com o turistas que os indígenas exercitam a tradição e as fronteiras étnicas como que em um laboratório da tradição que é composto por elementos da cultura expressiva como o artesanato, se apropriando e ‘domesticando’ o turismo.

Considerações finais

Durante o artigo se buscou analisar como o turismo de base comunitária fortalece o patrimônio cultural indígena Baré a partir das atividades do turismo receptivo e da produção do artesanato tanto para turistas diretos e indiretos.

O povo Baré tem sua trajetória marcada pela perda de sua língua, o Baré, usa apropriação e reinvenção com o Nheengatu e etnogênese a partir de 1970. A autoidentificação do povo Baré de Nova Esperança ocorre apenas em 2000. Até a chegada do turismo na comunidade, os indígenas trabalhavam com o extrativismo para sobreviver. Extrativismo exploratório tanto ambiental quanto social.

O turismo chega como esperança de uma vida melhor a comunidade, mas os primeiros anos são amargos devido a estrutura de desenvolvimento *mainstream* que vinha junto com o cruzeiro. É no segundo momento do turismo na comunidade, com o turismo de base comunitária, que se tem a virada ao desenvolvimento alternativo e com ele, projetos para fortalecimento da cultura baré por meio da vivência de turistas com os Baré e seu modo de vida, e da produção do artesanato

Referências Bibliográficas

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 39–68, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

DE JESUS, Diego Santos Vieira. Economia criativa e resistência: o artesanato indígena no

Estado do Rio de Janeiro. **Ciências Sociais Unisinos**, [s. l.], v. 53, n. 2, p. 349–362, 2017.

DOURADO, Sheila Borges. Patrimônio e Diversidade Cultural: Direitos de povos e comunidades tradicionais. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno De; DOURADO, Sheila Borges; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (Eds.). **Patrimônio Cultural: Identidades coletivas e reinvidicações**. Manaus: UEA Edições; PPGSA/PPGAS-UFAM, 2013. p. 11–50.

FIGUEIREDO, Paulo Maia. Os Baré do Alto Rio Negro: breviário histórico. In: HERRERO, Marina; FERNANDES, Ulysses (Eds.). **Baré: povo do rio**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

FRANÇA BARÉ, Bráz. Origem do Povo Baré. In: HERRERO, Marina; FERNANDES, Ulysses (Eds.). **Baré: povo do rio**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

HERRERO, Marina; FERNANDES, Ulysses. **Baré: povo do rio**. 2. ed. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS, IPÊ; WORLD WIDE FUND FOR NATURE, WWF; CENTRO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÕES DO AMAZONAS, CEUC-AM. **Plano de Gestão da Reserva Parque Estadual do Rio Negro Setor Sul: volume I e II**. Manaus.

IRVING, Marta De Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, ROBERTO; SAN SOLO, DAVIS GRUBER; BURSZTYN, Ivan (Ed.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142–161.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje [The Brazilian Indigenous: what you need to know about the indigenous peoples in Brazil today. Education for All Collection]**. [s.l: s.n.].

MAURO, Victor Ferri. Etnogênese E Reelaboração Da Cultura Entre Os Krahô-Kanela E Outros Povos Indígenas. **Espaço Ameríndio**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 37, 2013.

MAYAKA, Melphon; CROY, W. Glen; WOLFRAM COX, Julie. A dimensional approach to community-based tourism: Recognising and differentiating form and context. **Annals of Tourism Research**, [s. l.], v. 74, n. November 2018, p. 177–190, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.annals.2018.12.002>>

NEVES, Eduardo Góes. Uma rede de fios milenares: um esboço da história antiga do rio negro.

In: HERRERO, Marina; FERNANDES, Ulysses (Eds.). **Baré: povo do rio**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

NEVES, Sandro Campos. A Domesticação do Turismo: estratégias Pataxó na relação com agentes e agências de turismo em Coroa Vermelha. **PASOS Revista de turismo y patrimonio cultural**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 567–580, 2017.

PROENÇA, Ana Rosa Guimarães Bastos; PANOSSO NETTO, Alexandre. Da atividade turística à consolidação do artesanato Baré: o caso da Comunidade Indígena Nova Esperança (Amazonas-Brasil). **Fórum ABRATUR-2019: métodos de internacionalização da pesquisa em turismo no Brasil**, Joinvile, p. 59–61, 2019. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/e45005_dad8ea1cc46549b5b272f74856c25382.pdf>